

Políticos são acusados de fraudar SUS

■ Auditoria revela que deputados donos de clínicas na Bahia desviaram milhões

MARCIA GOMES

SALVADOR — O esquema na Bahia para fraudar o Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma obra de engenharia política bem montada que beneficiou vários deputados na última eleição. O ministro Adib Jatene foi informado do assunto antes de assumir a pasta da Saúde e já recebeu denúncias documentadas com relatórios de auditorias realizadas pelo próprio ministério. Jatene recebeu um desses documentos, em abril deste ano, do médico Fernando Vasconcelos, coordenador do Fórum Estadual para Ética e Democracia da Saúde, durante o Congresso de Epidemiologia, em Salvador. "Estamos nos sentindo de mãos atadas porque é muito claro que há uma determinação política de não apurar", denuncia Vasconcelos.

O deputado estadual Targino Machado (PDT) também entregou ao ministro cópias de relatórios de auditorias que apontam fraudes em 40 clínicas credenciadas pelo SUS no interior da Bahia. Nas suas contas, no ano passado, os fraudadores desviaram cerca de R\$ 17 milhões do SUS por mês, quase metade dos R\$ 35 milhões repassados pelo Ministério da Saúde ao estado. Com estes recursos, seria possível construir, a cada três meses, uma rodovia de 142 quilômetros como a Linha Verde, que custou ao governo R\$ 44 milhões.

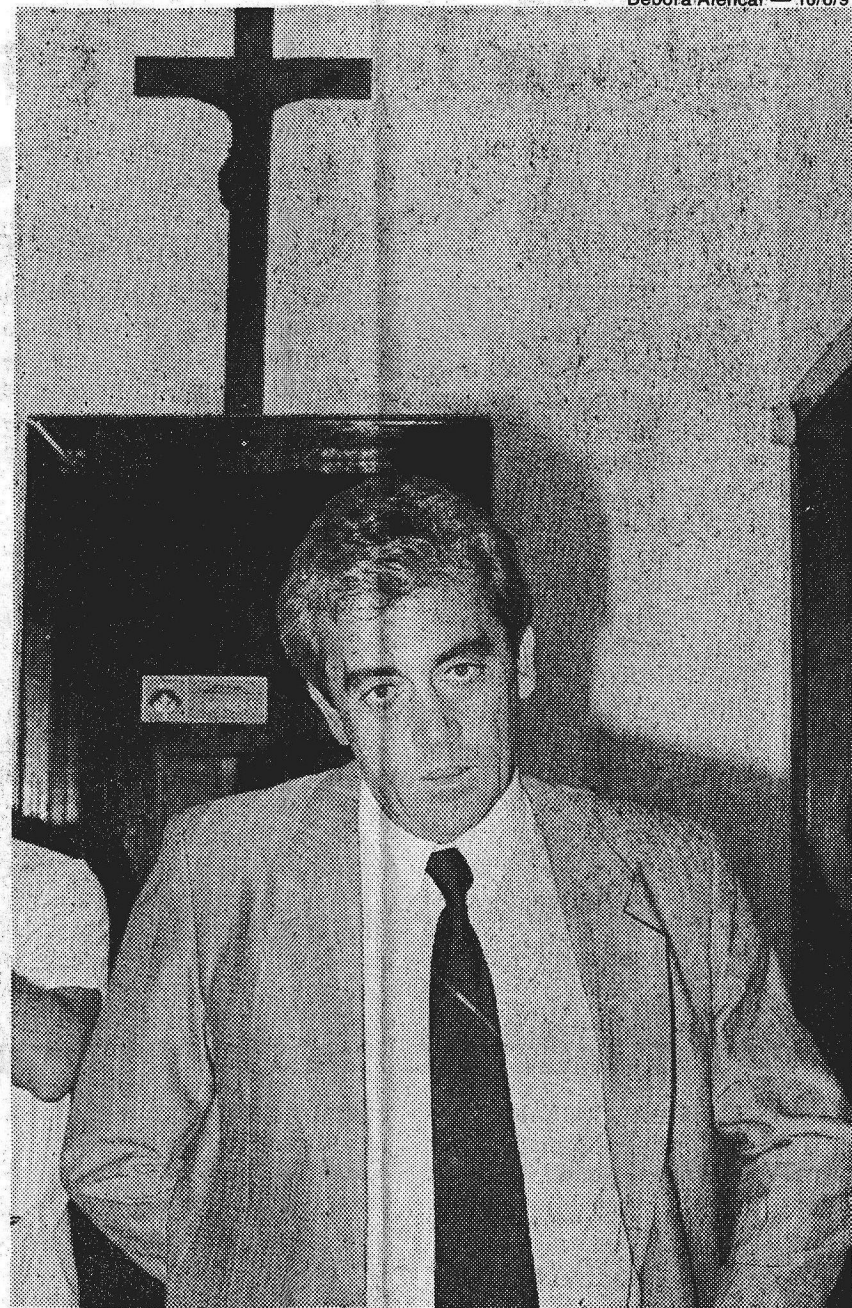
"O que acontece no SUS na Bahia é um assalto. Os culpados devem ser identificados e punidos", cobra Aleixo Sepúlveda, presidente do Conselho Regional de Medicina do estado. Político de pouco destaque, o deputado federal Roland Lavigne (PL-BA), por exemplo, é dono de duas clínicas no extremo Sul da Bahia e teria se beneficiado do esquema. Lavigne conseguiu na

última eleição ficar entre os campeões de votos no estado. Teve 74 mil votos. Outro beneficiado teria sido o atual presidente da Assembleia da Bahia, Otto Alencar, o estadual mais votado, com 104 mil votos. "Sou bicampeão de votos. Fui até cogitado para ser candidato ao governo", defende-se Otto.

ACM não sabia — Otto foi secretário da Saúde no último governo do atual senador Antonio Carlos Magalhães (PFL). Segundo, Targino Machado, ele próprio adversário de ACM, um dos indícios de que o então governador desconhecia a fraude apontada nos relatórios é que o atual secretário, irmão do senador, já mandou apurar denúncias e demitiu funcionários.

Como secretário, Otto tinha a atribuição de gerenciar o SUS. Em sua gestão, o deputado Roland Lavigne fez ligadura de trompas indiscriminadamente — como denuncia Tadeu Versulotti, ex-cabo eleitoral de Lavigne — e administrou, por seis meses, o Hospital José Olavo, de propriedade do então secretário, no município de Una, interior da Bahia. "O esquema de auditoria é falho. Não tem pessoal suficiente", justifica Otto.

Nenhuma auditoria realizada em sua gestão virou inquérito. Otto também nomeou pessoas de sua confiança para as diretorias regionais de Saúde, a maioria donos de clínicas credenciadas do SUS. Para gerenciar a divisão encarregada de credenciar e fiscalizar as contas dos hospitais conveniados, por exemplo, nomeou Vera Fonseca, mulher do amigo Cesar Sá Fonseca, que era chefe da Divisão de Fiscalização e Controle do Ministério da Saúde. O casal é dono da Clínica Marechal Rondon, em Salvador, credenciada do SUS.



O ex-secretário de Saúde Otto Alencar se defende: ausência de inquéritos